

Paper do NAEA Volume 28

Os desafios de preservação e promoção do patrimônio histórico-cultural do Pará, ou como ser um “turista aprendiz” nos dias de hoje

José Maria Reis e Souza Junior¹



RESUMO

O Pará possui 73 bens históricos edificados e/ou monumentais tombados pelo estado; desses, 55 estão na capital e os outros 18 bens estão distribuídos em 13 municípios paraenses. A gestão da política estadual de preservação do patrimônio histórico-cultural é de competência constitucional da Secretária de Estado de Cultura do Pará, por meio do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – DPHAC. Ao vermos a dimensão e a amplitude territorial da ocorrência do patrimônio imóvel, junto à complexidade da dimensão política das políticas culturais, desde o início do último quartel do século XX até os dias atuais, percebemos que os desafios de preservação e promoção do patrimônio histórico-cultural do estado são grandes, históricos e estruturantes. São fruto de um imobilismo social, e de um revanchismo político que sitiou a SECULT nos últimos 20 anos. Compreender a dimensão sociopolítica desse contexto é necessário para superá-lo. O presente artigo busca contribuir para isso.

Palavras-chave: Política. Política Cultural no Pará. Patrimônio histórico-cultural do Pará. Preservação e Promoção. Desafios. Planejamento Urbano. Regional.

¹ Bacharel em Turismo (UFPA), Mestre em Geografia (PPGEO/UFPA) e Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA), com doutorado sanduiche na Universidade de Santiago do Chile (USACH). Professor colaborador do FIPAM/NAEA/UFPA. Bolsista CNPq. Foi Diretor de Patrimônio da SECULT PA em 2019. Atualmente é Coordenador de Extensão Metropolitana de Oficinas Curro Velho/ Fundação Cultural do Pará. zehma@hotmail.com.

ABSTRACT

Pará has 73 built and / or monumental historical assets listed by the state; Of these, 55 are in the capital and the other 18 assets are distributed in 13 municipalities of Pará. The management of the state policy of preserving the historical-cultural heritage is under the constitutional competence of the Secretary of State of Culture of Pará, through the Department of Historical, Artistic and Cultural Heritage. When we look at the dimension and territorial amplitude of the occurrence of immovable heritage, together with the complexity of the political dimension of cultural policies, from the beginning of the last quarter of the twentieth century to the present day, we realize that the challenges of preservation and promotion of historical heritage of the state is large, historical and structural. They are the result of social immobility and political revanchism that has besieged SECULT for the past 20 years. Understanding the socio-political dimension of this context is necessary to overcome it. This article seeks to contribute to this.

Keywords: Politics. Cultural Policy in Pará. Pará's Historical-Cultural Heritage. Preservation and Promotion. Challenges. Urban and Regional Planning.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a trajetória de patrimonialização de bens culturais remonta aos períodos de ocupação da corte portuguesa em nossas terras, mas como essa é uma “longa história”, aqui vamos partir de um período mais recente que, não à toa, coincide com o Modernismo no país. Refiro-me a 1937, ano de criação do Serviço de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, e tudo que isso representou.

Mário de Andrade, um dos mais manifestos ideólogos da Semana de Arte Moderna foi quem escreveu o anteprojeto de criação do Sphan; muito à luz de uma escola francesa de preservação patrimonial que seguia basicamente critérios estéticos e estilísticos (muito em voga àquela época), porém como um bom modernista, não poderia deixar de “modernizar” e propôs também a inclusão nesse rol de “preserváveis”, bens de natureza popular e também aspectos do folclore brasileiro, e não somente aqueles pertencentes as ditas artes eruditas.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, redator final do Decreto-Lei nº. 25 de 1937, que até os dias atuais permanece como umas das principais legislações patrimoniais nacionais, manteve o espírito vanguardista de Mario de Andrade, contudo com uma preocupação de gestor público buscou condensar a lista quase infindável do modernista, chegando ao conceito expresso no art. 1º da citada lei, que define o patrimônio histórico e artístico nacional como sendo “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

De lá para cá, muitos caminhos e descaminhos foram tomados nessa “grande aventura” que é patrimonializar bens culturais nacionais no Brasil, com a musealização de bens edificados e a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan (1935), até a criação (1985), extinção (1990), recriação (1993), re-extinção e recriação (2016), e a re-extinção final (2019) do Ministério da Cultura – MinC, passando pela promulgação da Constituição Federal em 1988. Entretanto quando os convidei a esta “viagem” foi para conversarmos sobre a política de patrimônio histórico-cultural do estado do Pará (sobretudo, de patrimônio edificado), e mais precisamente no que se refere ao último quartel do século XX.

Por isso vamos saltar o período Pombalino, a Cabanagem e a Bellé Epoque para “aportarmos” no Palácio de Despachos do governo do estado do Pará (Palácio Lauro Sodré), quando é sancionada a lei estadual n. 4.589 de novembro de 1975, que cria a então Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, e que já em seu Art. 2º define:

A Secretaria de Estado de Educação e Cultura, criada pela Lei nº 400, de 30 de agosto de 1951 e reorganizada pela Lei nº 4.398, de 14 de julho de 1972, passa a denominar-se Secretaria de Estado de Educação e as suas funções, relativas ao controle e à preservação do patrimônio cultural e à difusão de cultura artística, científica e religiosa serão absorvidas pela Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e turismo, na forma da presente Lei (PARÁ, 1975).

Se consideramos os contextos políticos mais relevantes no Pará, a partir da década de 80 do século passado até os dias atuais, vamos perceber que houve uma sucessão de administrações, a nível estadual, entre Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB/Movimento Democrático Brasileiro – MDB e Partido Social Democrata Brasileiro – PSDB, ressaltando-se o período de 2007 a 2010 em que houve um governo do Partido dos Trabalhadores – PT, com a arquiteta Ana Júlia, e um interstício entre 1994 e 1995 em que o empresário Carlos

Santos (então, vice-Governador) assumiu o governo após o titular, Jader Barbalho se descompatibilizar para concorrer ao Senado; períodos estes muito menores que os demais obtiveram, e que somente por isso não consideraremos nessa avaliação comparativa.

Assim tivemos como governadores: 1) De 1983 a 1987: Jader Barbalho – PMDB; 2) De 1987 a 1991: Hélio Gueiros – PMDB; 3) De 1991 a 1994: Jader Barbalho – PMDB; 4) De 1994 a 1995: Carlos Santos – Partido Progressista Brasileiro – PPB; 5) De 1995 a 1998: Almir Gabriel – PSDB; 6) De 1999 a 2002: Almir Gabriel – PSDB; 7) De 2003 a 2006: Simão Jatene – PSDB; 8) De 2007 a 2010: Ana Julia – PT; 9) De 2011 a 2014: Simão Jatene – PSDB; 10) De 2015 a 2018: Simão Jatene – PSDB; e 11) De 2019 aos dias atuais: Helder Barbalho – MDB.

Do panorama colocado acima, tal como já comentado, podemos inferir que por quase toda a Nova República no estado do Pará houve uma espécie de alternância no topo do poder estadual entre essas duas correntes políticas.

Assim, no campo da cultura curiosamente podemos também perceber nesse período dois cenários políticos muito antagônicos, dois estilos de gestão, a partir da atuação de dois gestores públicos que assumiram, cada um a seu tempo, a pasta da educação e cultura no governo estadual. Refiro-me ao professor Paes Loureiro e ao arquiteto Paulo Chaves.

Do período destacado, em que o professor, pesquisador e poeta João de Jesus Paes Loureiro esteve Secretário de Cultura (1987-1990), apesar de menor em comparação ao do segundo a ser abordado, foi possível depreender um conceito: cultura é popular.

Programas concebidos e gestados por Paes Loureiro como “Preamar” e “Fórum Estadual de Cultura”, bem como a realização do primeiro “Inventário Cultural e Turístico do Pará” exprimem perfeitamente um “ethos” da política cultural do estado, na qual a valorização de práticas culturais populares e comunitárias, a promoção da diversidade cultural amazônica e a busca da democratização na gestão pública da cultura foram marcos reais e concretos expressos nos números e resultados dessa gestão.

Só para se ter como exemplos, o “Preamar” que foi realizado duas vezes ao ano (durante as férias de julho e em outubro durante o Círio de Nazaré) ao longo de seus 4 anos de gestão realizou cerca de 416 espetáculos, 56 cursos e oficinas, 44 exposições de artes plásticas e 17 debates públicos; já o “Fórum Estadual de Cultura”, o segundo programa estratégico de Paes Loureiro que tinha por finalidade compartilhar, com os municípios paraenses, o planejamento e a execução da política cultural do Estado, por meio da disponibilidade de subvenções financeiras para ações culturais e da assessoria técnica e burocrática as organizações e aos fazedores e fazedoras de cultura, estiveram em 83 dos 143 municípios paraenses, existentes a época (LOUREIRO, 1995; CASTRO; CASTRO, 2012).

Números, posturas e conceitos que impressionam, se considerarmos a pouca relevância política do campo cultural (que se reflete em baixos orçamentos), bem como o ambiente político altamente conservador e elitista daqueles tempos, que não favoreciam, em tese, essa popularização do fazer cultural.

Esse é um quadro político totalmente adverso aos períodos de governo do PSDB, que nesse caso teve como único secretário de cultura o arquiteto Paulo Chaves.

Paulo Chaves Fernandes esteve Secretário de Estado de Cultura do Pará por 20 anos, e sua gestão foi fortemente marcada por um espírito elitista, idealista e conservador (CASTRO;

CASTRO, 2016), que privilegiou o campo da chamada cultura erudita, em detrimento (para não falar de pré-conceito) do campo das culturas populares e comunitárias.

A partir de uma “mirada” crítica sobre essa quase “dinastia” exercida sobre a política cultural paraense, não é difícil de perceber algumas práticas políticas que corroboram com esse espírito: 1) ausência de diálogo com fazedores e fazedoras de cultura popular, e produtores de uma geral, excetuando-se aqueles que eram “amigos do rei”; 2) precariedade dos mecanismos de planejamento e gestão das políticas culturais, inclusive do ponto de vista orçamentário e financeiro (realizou duas Conferências Estaduais de Cultura - em 2007 e 2013, que teve seus encaminhamentos ignorados, e com a composição de um Conselho Estadual de Cultura que nunca teve atuação efetiva); 3) discriminação em relação às práticas de cultura popular, não havendo qualquer tipo de fomento a essas manifestações; 4) política de fomento cultural baseada em critérios meritocráticos, não havendo o acesso democrático, justo e indiscriminado, por meio de editais públicos, a recursos materiais e financeiros; 5) ausência total de uma política de interiorização das ações governamentais, havendo a polarização na capital Belém; 6) uma concentração orçamentária da secretaria em ações de restauro, reconstrução e preservação do patrimônio histórico edificado, e em “mega-projetos” como o Festival Internacional de Ópera, em total detrimento ao rico e diverso patrimônio intangível popular do estado; 7) Descontinuidade irresponsável do programa estadualizado de Pontos de Cultura, tendo interrompido o programa com recursos do governo federal depositado em conta; e 8) O que talvez, para mim, seja umas de suas características mais nefastas, uma supervalorização de um ideário luso (europeu, de uma forma geral), menosprezando todo um imaginário cultural amazônico, caboclo, ribeirinho.

Chegou-se ao ponto de se criar dentro do complexo patrimonial denominado de “Feliz Lusitânia” um “Museu do Encontro”. Ora, entre portugueses colonizadores e a população ameríndia que aqui habitava não houve “Encontro” algum! Houve sim colônia de exploração, expropriação, saques, mortes! Essa violência, simbólica (quase sempre pouco percebida), é muito grave.

Dessa forma, o *paper* busca apresentar um panorama crítico sobre a política cultural paraense, dos anos 80 do século passado até os dias atuais, para abordar a situação do patrimônio histórico-cultural do estado, apontando causas e desafios, e sinalizando “rotas” supera-los.

METODOLOGIA

A metodologia baseou-se em análise comparada e crítica de fontes, pesquisas e referenciais teóricos sobre a política cultural no Pará, em um âmbito geral, e mais especificamente sobre a situação do patrimônio histórico-cultural edificados tombados pelo estado, isso durante o que se convencionou chamar de “Nova República”. Pesquisas de gabinete, participação em reuniões e eventos públicos, e conversas com informantes-chaves compõem o ferramental metodológico adotado neste trabalho. Pesquisa exploratória ainda em fase inicial, limitando-se nesse momento à discussão teórica e ao comentário de algumas impressões e reflexões, muito a partir de nossa atuação profissional e política no campo do patrimônio histórico-cultural.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir desse cenário da política cultural paraense colocado é possível perceber que as limitações e desafios que temos hoje são grandes e históricos, no que se refere à preservação e à promoção do patrimônio, sobretudo desse patrimônio edificado; pois em que pese, como foi dito, houvesse uma concentração de recursos para a conservação desses prédios, nos parece que foram mal gestados, sem falar das denúncias de superfaturamento de obras, como foi o caso amplamente divulgado em jornais do Parque do Utinga, durante a gestão Jatene/Paulo Chaves.

É preciso entender que a situação emergencial em se encontram prédios históricos como o Palácio Lauro Sodré (abriga o Museu do Estado do Pará), que teve desabado parte de seu forro de estuque na sala Manoel Pastana, logo no início do governo de Helder Barbalho, e a Igreja de Santo Alexandre (abriga o Museu de Arte Sacra) que apresenta problemas de salinificação na base de algumas de suas paredes, além de problemas no telhado são fruto de uma política de “embelezamento” e “maquiagem” patrimonial de Paulo Chaves, uma vez que nunca tiveram projetos de requalificação estrutural, só intervindo, e restaurando até onde os “olhos veem”.

A gestão mudou a partir de 2019, e vem buscando corresponder aos anseios e demandas reprimidas de duas décadas de ostracismo do campo cultural paraense, são reivindicações históricas que precisam ser auscultadas e aderidas às políticas culturais do estado, postura política está diametralmente oposta à de Paulo Chaves.

Na área do patrimônio histórico edificado, a unidade gestora é o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – DPHAC, que é o responsável pela política de patrimônio histórico-cultural do estado. Este órgão que (por mais que houvesse todo o empenho e dedicação de seu corpo técnico efetivo, que sou testemunha, pois tive a satisfação de trabalhar com eles) esteve em um certo “limbo administrativo” sem apoio, com poucos recursos; e agora passou a ter um acompanhamento efetivo da Diretoria de Patrimônio, e atenção institucional por parte da Secretária de Cultura.

Em seis meses o DPHAC já vistoriou 39 dos 47 prédios históricos tombados pelo estado no município de Belém, e tem como meta vistoriar os outros 8 prédios que faltam até dezembro de 2019. Um relatório será composto com avaliações e recomendações de preservação. O DPHAC também finalmente iniciará o Censo Cultural do estado do Pará, com o intuito de fazer um levantamento do patrimônio material e imaterial do estado, onde poderão ser cadastrados por um meio virtual (cadastro pelo seu hotsite, em desenvolvimento) desde prédios históricos a grupos e práticas de cultura popular e comunitária (PARÁ, 2019). Esse deve ser um passo importante para a revisão do “Inventário Cultural e Turístico do Pará” feito por Paes Loureiro.

Além de vistorias em Belém, já foram realizadas análises nos municípios de Vigia, São Miguel do Guamá e Bragança, os próximos serão Baião, Santarém, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos e Oriximiná. O programa Diálogos com o Patrimônio, umas das principais ações de Educação Patrimonial do DPHAC, que promove debates interdisciplinares e interssetoriais sobre o patrimônio histórico-cultural vem sendo realizado periodicamente (PARÁ, 2019). Ações estas oriundas de um planejamento estratégico realizado pelo DPHAC, sob coordenação do DPAT, em seus três meses iniciais de trabalho nesse ano.

Logo no seu primeiro mês de gestão, a nova gestão teve que lidar com o desabamento de parte do forro da Sala Manoel Pastana, uma das salas históricas mais representativas do Palácio Lauro Sodré, sede do Museu do Estado do Pará – MEP.

Foram iniciados ainda, no Teatro da Paz, processos de restauro que já deviam ter sido feito há anos. Entretanto, como o binômio patrimônio-sociedade (bem como todas as interfaces que possam ser possíveis entres essas) é complexo; e em se tratando de relações sociais, nada é tão simples quanto parece, a nova gestão teve que lidar com um problema que envolveu o museu de arte contemporânea que existe em Belém.

Completados 6 meses de trabalho, a SECULT anunciou que o Complexo Casa das Onze Janelas – COJ, após um longo período fechado em obras, finalmente seria reaberto e entregue a sociedade paraense, contudo com novas propostas de uso para alguns de seus espaços públicos.

A Casa das Onzes Janelas (doravante denominado de COJ) é um complexo patrimonial multiuso que abriga espaços de funcionalidades distintas porém integradas, como galerias de arte, áreas administrativas e educativas, espaços livres de visitação pública (ambientes de permanência e passeios), tais como jardins, um anfiteatro, uma fonte, um píer (com uma Corveta-Museu ancorado a ele), e também um restaurante.

Ocorre que este espaço foi “palco” de uma polêmica entre 2016 e 2017, com um projeto de criação de um “Polo de Gastronomia da Amazônia” que mudaria completamente a natureza e as funcionalidades do complexo cultural, inclusive desalojando, por decreto, o Museu de Arte Contemporânea da COJ, porém essa proposta foi fortemente rechaçada por artistas, produtores culturais e pela academia, e não foi implementada.

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFGPA, por meio de seus pesquisadores e pesquisadoras, promoveu um debate público que envolveu sociedade civil, agentes públicos e instituições de pesquisa questionando as finalidades do projeto de “Polo de Gastronomia da Amazônia”, contribuindo em muito para o entendimento da essência da proposta.

E assim, após isso, o espaço seguiu numa espécie de “banho-maria”, e a conclusão de sua obra se arrastou por todo o resto do governo Simão Jatene; até a nova gestão assumir. Após novas avaliações técnicas, foi determinado a retomada das obras, como também, novas propostas de ocupação começaram a ser pensadas pela SECULT.

Entretanto, dentre as proposta apresentadas pela SECULT (em reunião aberta), estava a reativação do restaurante, e o desmonte da sala Ruy Meira, que abriga o Gabinete de Papéis (uma forma única no estado de salvaguardar e expor o acervo artístico de gravuras em papel).

A propostas de reinstalação do restaurante e da desinstalação do Gabinete de Papéis da sala Ruy Meira (para recolocação em outro espaço no MEP) não foram bem aceitas por parte da comunidade artístico-cultural do estado, sobretudo alguns ligados às artes visuais e à museologia.

Houve críticas contumazes desses setores, algumas bem fundamentadas e positivas, contudo, houve também excessos, incompreensões, e mesmo desconhecimentos, de ambas partes, sociedade civil e alguns gestores públicos, o que pela limitação de laudas impostas a essa comunicação, abordaremos sucintamente:

1) De fato, a proposta de desmonte do Gabinete de Papéis da sala Ruy Meira, para realocação na sala Manoel Pastana no MEP, sob qualquer argumento possível, foi uma proposta infeliz por parte da SECULT, e por isso foi amplamente rechaçada na reunião pública, bem como nas redes sociais, pela comunidade, o que levou a SECULT a recuar e manter o Gabinete de Papéis onde está (decisão acertada, ao nosso ver);

2) Em mesmo turno, a proposta de reativação do restaurante que existiu na chamada “sala de pedra” também foi questionada sob a alegação que seu funcionamento prejudicaria a conservação de obras de artes contemporâneas expostas em suas galerias. Essa é uma alegação muito séria que foi feita, a partir de relatos de pessoas que estiveram na gestão do espaço no passado, ou que tenham trabalhado de alguma forma na concepção do projeto Feliz Lusitânia, ou mesmo que tenham exposto e/ou trabalhado em exposições feitas ali, mas que carece de estudos científicos que comprovem tais delegações, o que nos leva a pensar também: onde estavam e o que fizeram esses profissionais, a época da criação desse espaço? Esses questionamentos foram colocados? Como falamos, são questões sérias, que ainda não tem a comprovação científica necessária, e assim, precisam ser melhor investigadas, e que por isso não justificam a permanência do restaurante fechado, uma vez que essa estrutura já existe no espaço (leia-se investimento).

3) A SECULT manteve a proposta de funcionamento do restaurante, contudo com um diferencial, que nos pareceu acertado, que foi definir no edital público de convocação e concorrência dos permissionários que irão ocupar o espaço, um perfil de empreendimento social e criativo (menos empresarial como antes), que tenham práticas ambientais, e que considerem o rico patrimônio da cultura alimentar e da gastronomia amazônica. Além disso, avançou ainda mais ao colocar também à disposição de concorrência aberta a ocupação de áreas públicas externas e não confinadas (espaços ao ar livre como o “Recanto da Amazonas” e “Esplanada do Guamá” (SECULT, 2006) para ocupação pelo que chamou de “food-bikes”, serviços de alimentação ambulante em bicicletas, devidamente cadastrados, organizados, capacitados e com forte vínculo cultural regional dos serviços ofertados; por exemplo os “food-bikes” de tacacá e de “churrasquinho de gato”, ambas formas tradicionais (nas suas características) de alimentação do paraense, e por isso, obviamente fazem parte de nossa culinária.

Esse tipo de proposta que busca democratizar o uso de um espaço público, e mais ainda, de gerar trabalho e renda no âmbito da economia criativa e popular, não foi bem vista por parte dessa comunidade que questionou, talvez por estarem acostumados, e até mesmo por concordarem com essa concepção de planejamento urbano e regional que esteve muito em voga no Brasil e no mundo no período de criação do “Feliz Lusitânia” (que orientou a concepção deste) denominado de Planejamento Estratégico (SOUZA, 2002), e que propiciou o surgimento do chamado “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2005), que concebe as cidades (com a “desculpa” de servir ao desenvolvimento turístico) como uma “City Marketing” (VAINER, 2000; SOUZA, 2002; FIGUEIREDO, 2008), cidades concebidas e feitas para serem melhor vendidas, literalmente.

Isso nos parece nítido quando, em uma rápida pesquisa numa conhecida rede social, vimos uma pessoa que se manifestou contra as propostas de reativação do restaurante, como também das “food-bikes”, comentando: “A comindia (polo gástrico, rs) pode muito bem ficar no “chiqueiro” que é o Ver-o-peso. Depois então, de buchinho cheio a turistada poderia subir pra degustar arte. O caso é que há defensores da arte e cultura como você, e há “empregados

da cultura”. Essas são ideias que expressam claramente uma visão preconceituosa e elitizada de arte, cultura e patrimônio.

Em notas sobre limites e possibilidades para a democratização do uso de espaços públicos culturais e turísticos em Belém, Figueiredo (2008) destaca que em modelos de patrimonialização de bens culturais como estes vistos com a criação do projeto Feliz Lusitânia; o que se percebe é uma forte espetacularização da cidade, uma supervalorização de sua imagem, buscando colocá-la sempre em evidência nos mercados e fluxos de capitais, o controle das práticas e experiências culturais (já que estes espaços públicos tem regras privadas de funcionamento) e por, fim, o que talvez acabe por ser o principal objetivo que é a turistificação desses lugares, buscando torná-los espaços exclusivamente turísticos, o que é um mito.

Na discussão sobre os chamados “espaços de cultura e lazer” de Belém está a discussão sobre o que é feito com o livre trânsito e a relação exclusão/inclusão, que é resultado da divisão social do trabalho, de classes e de identidades (FIGUEIREDO, 2008. p. 85).

Uma boa meta inicial para o DPHAC de hoje é vistoriar até o ano que vem todos os 73 bens históricos edificados tombados pelo estado, que estão distribuídos em 14 municípios paraenses. Isso já daria uma visão geral da situação do patrimônio tombado a nível estadual.

Costumo dizer que a aventura de tomba e registrar bens materiais e imateriais no Brasil requer superar desafios de três ordens: 1) desafios de caracteres ideológicos (onde se busca pensar e refletir sobre qual o conceito de patrimônio que queremos desenvolver, que seja um conceito que dê conta da diversidade e da identidade brasileira; nesse aspecto também está a necessidade de se pensar quais tipos de memórias queremos ter, memórias retrógradas ou progressistas, e por aqui também tenho pensado sobre o ideia de Patrimônio Integrado (CORÁ, 2014); 2) de caracteres sociopolíticos (onde a participação social e as formas de viabilidade econômica para a patrimonialização de bens culturais é resolvida, ou pelo menos se tenta; os Pontos de Cultura e os Pontos de Memória tem contribuído para a democratização da política cultural brasileira (SOUZA JUNIOR, 2016); e 3) desafios de caracteres institucionais (nos quais as estruturas burocrática e administrativa são acionadas para implementar a política estatal de patrimonialização).

Estou convencido que cada vez mais devemos ser como o “O Turista Aprendiz” de Mario de Andrade que viajou pelo norte e nordeste do Brasil em busca de conhecer e reconhecer um país diverso, diferente da vida urbana paulistana a qual estava acostumado; devemos fazer como ele, viajarmos para encontramos a nós mesmos. Sua literatura de registro foi fundamental para a compreensão do que vem a ser o nosso patrimônio histórico-cultural nacional.

Esse é o tamanho do desafio que uma gestão da cultura e do patrimônio no estado do Pará deve ter no presente e no futuro, uma gestão que ficou, tal como constatamos, pelo últimos 20 anos em um ostracismo cultural, fruto de um revanchismo ideológico, mas também de uma incompetência profissional que sitiou a SECULT durante todo esse tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. de. *O Turista Aprendiz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25 (1937), Capítulo I – Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Art. 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm

CASTRO, F. F.de; CASTRO; M. R. N. de. É tempo de Preamar: a política cultural de Paes Loureiro no Pará em 1987-1990. *Políticas Culturais em Revista*, 2 (5), p. 65-82, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/6711> . Acessado em 20 de junho de 2019.

CASTRO, F. F.de; CASTRO; M. R. N. de. Aspectos estruturais da política cultural do PSDB no Pará. In: FIGUEIREDO; PAIVA; SOUZA JUNIOR [et al]. *Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil*. Belém: NAEA, 2016.

CORÁ, M. A. J. Políticas Públicas Culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro 48(5): 1093-1112, 2014.

FIGUEIREDO. S. L. Espaços Culturais nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO. S. J. L (Org.) *Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional*. Belém: NAEA, 2008.

GOVERNO DO PARÁ/SECULT. Janelas e Casario da Rua Padre Champagnat. Vol. 4, Série Restauro. SECULT, 2006.

GOVERNO DO PARÁ/SECULT. O Patrimônio Histórico-Cultural do Pará. Palestra proferida por Lucineide Azevedo no Seminário de Defesa do Patrimônio Histórico de Belém, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará – IHGP, em 27 de junho de 2019. SECULT/DPHAC, 2019.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. 249 p.

LOUREIRO, J. J. P. *Cultura amazônica: uma Poética do Imaginário*. Belém: CEJUP, 1995.

PARÁ. Lei Estadual nº 4.589 (1975), Art. 2. Disponível em: <http://www.secult.pa.gov.br/content/lei-de-criação>

SOUZA, M. L. de. *Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SOUZA JUNIOR, J.M.R. Pontos de Cultura e Cultura Viva no contexto de ameaça à Democracia Brasileira. In: FIGUEIREDO; PAIVA; SOUZA JUNIOR [et al]. *Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil*. Belém: NAEA, 2016.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103. Disponível em: <http://labcs.ufsc.br/files/2011/12/16.-VAINER-C.B.-Pátria-empresa-e-mercadoria.pdf>. Acessado em 29 de junho de 2019.